

Relatório de Administração

Senhores acionistas,

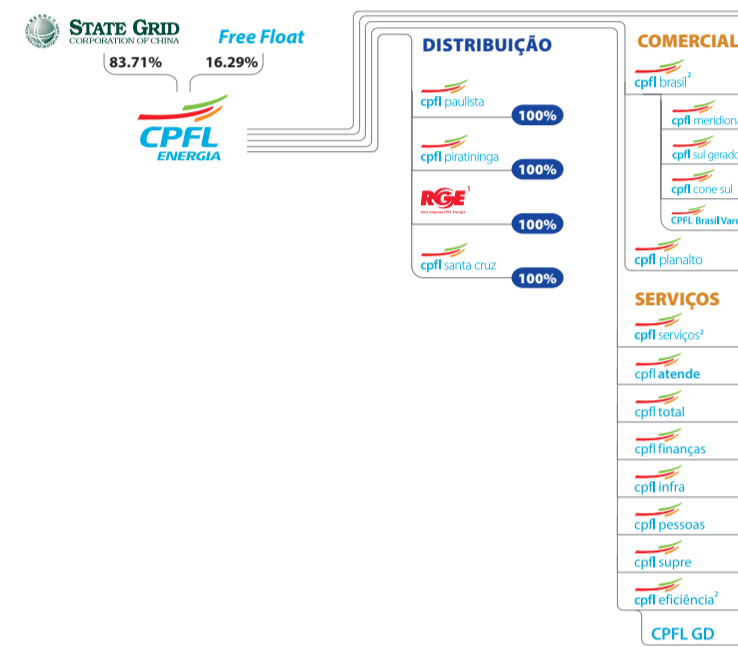
Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório de Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2019, exceto quando especificado de outra forma.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O ano de 2019 sinalizou um novo momento para o Grupo CPFL Energia. Três anos após ter seu controle adquirido pela chinesa State Grid, a CPFL Energia voltou ao mercado de capitais com a realização de nova emissão de ações já tendo em vista o acesso a recursos que possam ser necessários para a continuidade do crescimento do Grupo. A ideia foi manter o capital da empresa aberto, voltar ao mercado, para que os investidores voltassem a acompanhar a história da CPFL, que continua a mesma de antes, preocupada com a transparência, a disciplina financeira e uma forte governança. Os recursos levantados com a emissão de ações foram utilizados para a aquisição de participação da State Grid na CPFL Renováveis. Como parte desse processo, em julho de 2019 começamos a integração completa das atividades administrativas da CPFL Renováveis e CPFL Energia, findas no 3º trimestre do ano, visando principalmente o fortalecimento de potenciais sinergias entre os modelos organizacionais de ambas empresas. Esse movimento reforça ainda mais o comprometimento da Administração no crescimento e na criação de valor para seus acionistas. O grupo CPFL também seguiu bastante ativo neste ano, promovendo melhorias em suas operações e gestão, buscando adotar as melhores práticas no setor, continuamos com a implementação de tecnologias de ponta em automação em nossos negócios e digitalização de atividades suportes, visando maior eficiência dos nossos custos sempre acompanhando os desdobramentos dos cenários político e econômico do Brasil em seus mercados. Os resultados do ano de 2019 refletiram o crescimento das vendas de energia, a nossa disciplina na gestão de custos e despesas, bem como a queda da taxa de juros no Brasil. O fornecimento de energia elétrica (quantidade de energia faturada para consumidores finais) totalizou 53.375 GWh, um aumento de 0,5%.

ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO (simplificado)

A CPFL Energia atua como *holding*, participando no capital de outras sociedades:



Base: 31/12/2019

- Notas:
- (1) A RGE é controlada pela CPFL Energia (89,0107%) e pela CPFL Brasil (10,9893%);
 - (2) CPFL Soluções = CPFL Brasil + CPFL Serviços + CPFL Eficiência;
 - (3) Parcela de 51,54% da disponibilidade da potência e de energia da UHE Serra da Mesa, referente ao Contrato de Suprimento de Energia entre a CPFL Geração e Furnas;
 - (4) A CPFL Renováveis é controlada pela CPFL Energia (46,7609%) e pela CPFL Geração (53,1831%).

2. COMENTÁRIO SOBRE A CONJUNTURA

Ambiente Macroeconômico: Após três anos de forte contração entre 2014 e 2016, período marcado por diversas turbulências políticas, a economia brasileira engronou uma recuperação lenta e irregular em 2017, 2018 e 2019.

Alguns choques se abateram sobre a economia brasileira em 2019. Cabe citar a tragédia de Brumadinho, que levou a forte queda da extração de minério de ferro; a continuidade da recessão argentina, que prejudicou as exportações brasileiras, especialmente de manufaturados; e a própria desaceleração da economia e do comércio mundiais. Em essência, foram os mesmos fatores que impuseram uma retração à produção da indústria em 2019, a despeito do crescimento da demanda doméstica. Com o ritmo muito moderado da economia, a ociosidade dos fatores de produção permaneceu bastante elevada, o que se refletiu em níveis muito baixos da inflação (especialmente das suas medidas de núcleo). Este contexto, somado à consolidação da perspectiva de aprovação da reforma da Previdência, acabou por levar o Banco Central a voltar a flexibilizar a política monetária, levando os juros a novos patamares mínimos históricos (tanto em termos reais como nominais), ao longo do segundo semestre. A aprovação da reforma da previdência, que evitará forte escalada dos gastos previdenciários a longo prazo, consolidou a visão de que estaria em curso uma queda estrutural das taxas de juros, de forma que a curva de juros, como um todo, sofreu uma forte correção, com recuo das taxas longas. O impulso monetário, consoante à injeção pontual de recursos na economia (FGTS, PIS-PASEP, 13º da Bolsa Família), começa a tracionar a economia ao final de 2019. Dados melhores são vistos no crédito, comércio, em alguns segmentos de serviços e da indústria. Até mesmo a construção civil, segmento que sofreu as consequências da crise de forma mais profunda e prolongada, emite os primeiros sinais de certa recomposição. A queda de juros no front doméstico levou também à troca de financiamentos externos (mais caros) por crédito doméstico, isento de risco cambial e mais acessível neste momento de expansão monetária - não apenas via sistema bancário, mas, também, e crescentemente, pelo mercado de capitais. Concomitantemente ao aumento das captações via emissões de ações e títulos, cresceu a demanda por dólares no mercado à vista para quitação das dívidas junto aos credores internacionais, o que levou a alguma pressão sobre a cotação do real. Nada capaz de alterar as projeções de inflação ou as perspectivas para a política monetária. 2019 se encerra, assim, com a economia ganhando tração e efeitos defasados da expansão monetária ainda por serem verificados. A inflação sofre os efeitos da mudança de preços relativos das proteínas, reflexo do repentino encolhimento do rebanho suíno chinês - mas esse elemento não suscita preocupação no horizonte relevante de política monetária. O Copom sinaliza que agirá com cautela, de modo que a taxa Selic deverá recuar pouco ou nada em 2020. As projeções apresentadas pelo próprio Banco Central vão na direção de manutenção do baixo patamar dos juros por tempo prolongado. Enquanto o diferencial diminuto de juros internos/externos reduz o apetite do investidor em renda fixa, o diferencial de crescimento deve se traduzir em incentivo à entrada de recursos externos no país para investimentos, contendo depreciações adicionais da moeda e podendo até mesmo trazer moderada apreciação. O próprio ambiente internacional tende a contribuir para um ano de maior interesse por países emergentes, e a recente revisão da perspectiva do rating brasileiro pela S&P corrobora essa melhora de expectativa. A diluição de incertezas observada neste final de ano sugere que 2020 pode ser um ano de menor tensão e volatilidade nos mercados, com reflexos benignos sobre a nossa economia. No entanto, os riscos de recrudescimento de incertezas nos parecem ainda relevantes. No cenário externo, as eleições norte-americanas prometem trazer momentos de tensão, bem como a própria precariedade do acordo recém-saído do forno entre EUA e China. No front doméstico, o risco de recrudescimento de tensões políticas também não é desprezível, lembrando que a agenda econômica Pós-Previdência é mais difusa. Por fim, é preciso alertar que há dois "bodes fiscais" que podem trazer incômodo no curto prazo. O primeiro é a situação dos entes subnacionais: são poucos os estados que têm comprometimento menor do que 90% das receitas com despesas correntes (e o episódio recente da cidade do Rio de Janeiro, que suspendeu pagamentos, é exemplo do ambiente delicado em que o chamado pacto federativo será conduzido). O outro é o teto de gastos públicos: se não for flexibilizado, seu cumprimento exigirá esforço fiscal draconiano (sobretudo a partir de 2021), com potencial efeito restritivo sobre a economia. Assim, as expectativas para o crescimento da economia brasileira continuam apontando para uma recuperação em ritmo maior do que o atual. A mediana das projeções das instituições de mercado antecipa uma aceleração do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,1% em 2019 para cerca de 2,2% em 2020¹. A demanda externa enfraquecida e as medidas de ajuste fiscal, que pesam sobre o consumo do governo e sobre o investimento público, tendem a limitar a velocidade da recuperação no curto prazo.

Ambiente Regulatório: As principais alterações da regulação setorial de 2019 no segmento de distribuição são destacadas a seguir: 1) Aneel aprimorou os critérios e procedimentos para elaboração do Programa Mensal da Operação Energética - PMO e para a formação do Preço de Liquidação de Diferenças - PLD por meio da REN nº 843, de 02/04/2019; 2) A Aneel revisou, por meio da REH nº 2551/19 e da REN 845, ambas de 21/05/2019, as faixas de acionamento e o valor dos adicionais das Bandeiras Tarifárias; 3) Aneel aprimorou, por meio da Resolução Normativa nº 846, de 11/06/2019, a regulamentação relativa à imposição de penalidades aos concessionários, permissionários, autorizados e demais agentes de instalações e serviços de energia elétrica, bem como às entidades responsáveis pela operação do sistema, pela comercialização de energia elétrica e pela gestão de recursos provenientes de encargos setoriais;

4) A Aneel alterou a Resolução Normativa nº 699/2016, que trata do controle dos atos e negócios jurídicos realizados entre as concessionárias, permissionárias e autorizadas e suas partes relacionadas, por meio da Resolução Normativa nº 865, de 17/12/2019. **Tarifas e Preços de Energia Elétrica:** Segmento de Distribuição: **Reajuste Tarifário Anual (RTA):** As seguintes distribuidoras tiveram suas tarifas reajustadas conforme abaixo:

	CPFL Santa Cruz	CPFL Paulista	RGE	RGE Sul
Resolução Homologatória	2.522	2.526	2.557	
Reajuste	13,70%	12,02%	10,05%	
Parcela A	1,12%	0,78%	-2,16%	
Parcela B	0,90%	2,17%	2,21%	
Componentes Financeiros	11,68%	9,07%	10,00%	
Efeito para o consumidor	13,31%	8,66%	8,63%	1,72%
Data de entrada em vigor	22/03/2019	08/04/2019	19/06/2019	

Considerando o agrupamento das concessões RGE e RGE Sul, ocorrido em 31/12/2018, os mesmos percentuais de reajuste foram considerados para as duas concessões, porém o efeito percebido pelo consumidor é diferente em cada uma das concessões.

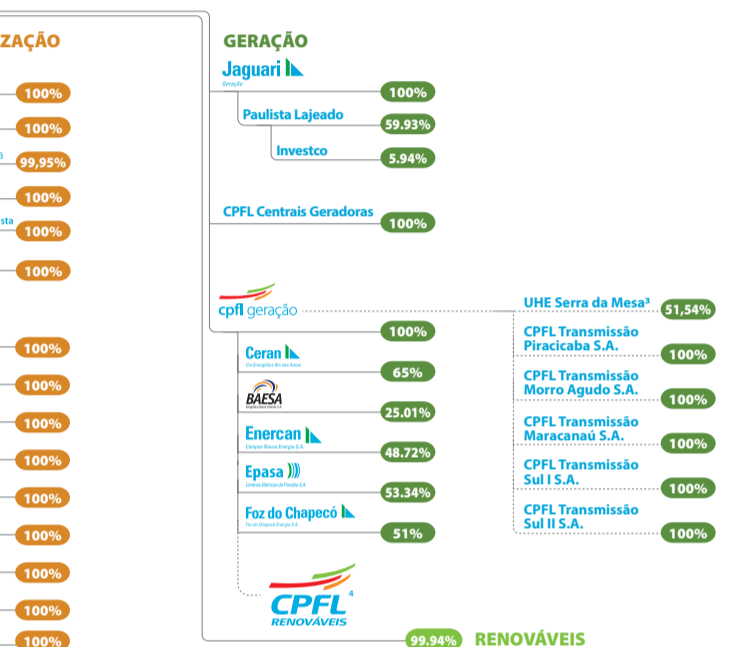
Revisão Tarifária Periódica:

	CPFL Piratininga
Resolução Homologatória	2.627
Reajuste	1,88%
Parcela A	-6,64%
Parcela B	1,24%
Componentes Financeiros	7,28%
Efeito para o consumidor	-7,80%
Data de entrada em vigor	23/10/2019

CPFL Piratininga: Em 23 de outubro de 2019, a Aneel homologou o resultado da quinta Revisão Tarifária Periódica da distribuidora CPFL Piratininga. O efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de -7,80% e os detalhes podem ser encontrados na tabela acima. **Segmento de Geração:** Os contratos de venda de energia relativos às geradoras contêm cláusulas específicas de reajuste, que têm como principal indexador a variação anual medida pelo IGP-M. Os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) utilizam o IPCA como indexador, e os contratos bilaterais firmados pela subsidiária indireta Campos Novos Energia (Enercan) utilizam uma combinação de indexadores de dólar e IGP-M.

¹ Dados da pesquisa Focus do Banco Central do Brasil, referentes a 26/02/2020.

As classes residencial e comercial registraram crescimento de 3,8% e 4,8%, respectivamente, refletindo a lenta recuperação da atividade econômica, enquanto a classe Industrial apresentou redução de 4,6%. O suprimento de energia elétrica, por meio de outras concessionárias, permissionárias e autorizadas, atingiu 18.351 GWh, um aumento de 3,3%. A geração de caixa operacional do grupo CPFL, medida pelo EBITDA, atingiu R\$ 6.394 milhões em 2019 (+13,4%), refletindo os resultados positivos principalmente no negócio de distribuição, cujo EBITDA atingiu R\$ 3.696 milhões em 2019 (+23,0%), refletindo principalmente os resultados advindos da conclusão dos processos de revisão tarifária da CPFL Paulista, RGE Sul e RGE, que ocorreram ao longo de 2018. Além disso, a Companhia vem promovendo revisões organizacionais com objetivo de simplificar seus processos e estrutura, visando maior eficiência e foco aos negócios. Seguimos trabalhando em iniciativas de valor e em nosso plano de investimentos em 2019, com disciplina financeira, empenho e comprometimento de nossas equipes. Investimos R\$ 2.254 milhões nesse período. Com foco na otimização da estrutura de capital, a alavancagem consolidada da CPFL Energia permanece em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 2,52 vezes o EBITDA ao final do ano, no critério de medição de nossos *covenants* financeiros. Outro importante acontecimento do segundo trimestre foi a alteração da política de pagamento de dividendos, onde fica definido o *payout ratio* mínimo de 50%. Assim sendo, a partir de 2020 será feito um balanço entre crescimento e *yield*. No âmbito social e sustentável, destacamos o investimento de R\$ 150 milhões no Programa CPFL nos Hospitais, iniciativa que ajudará instituições públicas e filantrópicas a reduzirem suas contas de energia elétrica com ações de eficiência energética. Ao longo dos próximos 3 anos, serão instalados até 25 MWp em painéis fotovoltaicos nos hospitais filantrópicos, contribuindo com uma redução aproximada de 6.000 tonCO2 por ano, o que equivale ao plantio de cerca de 900 árvores. Finalmente, a administração da CPFL Energia reitera o compromisso e confiança com os acionistas, clientes, parceiros, sociedade e demais *stakeholders*, seguindo otimista quanto aos avanços do setor elétrico brasileiro e confiante em nossa plataforma de negócios, baseada em eficiência operacional, governança corporativa, sustentabilidade, disciplina financeira e crescimento sinérgico, cada vez mais preparada para enfrentar os desafios e oportunidades no país.



3. DESEMPENHO OPERACIONAL

VENDAS DE ENERGIA: Em 2019, o fornecimento de energia elétrica (quantidade de energia faturada para consumidores finais) totalizou 53.375 GWh, um aumento de 0,5% (284 GWh) em relação a 2018. Destaca-se o desempenho da classe residencial e comercial, que juntas representam 58,2% do fornecimento de energia elétrica: • **Classes Residencial e Comercial:** aumentos de 3,8% e 4,8%, respectivamente, refletindo os efeitos de temperatura do início e fim de ano, parcialmente compensado pela expansão da Geração Distribuída na área de concessão e pelo cenário macroeconômico. • **Classe Industrial:** redução de 4,6%, refletindo o fraco desempenho econômico no ano e os efeitos das migrações dos clientes para a Rede Básica. O suprimento de energia elétrica, por meio de outras concessionárias, permissionárias e autorizadas, atingiu 18.351 GWh, o que representou um aumento de 3,3% (595 GWh), devido principalmente ao aumento das vendas das distribuidoras. **Desempenho no Segmento de Distribuição de Energia Elétrica:** O Grupo manteve a estratégia de estimular a disseminação e o compartilhamento das melhores práticas de gestão e operação nas distribuidoras, com o objetivo de aumentar a eficiência operacional e melhorar a qualidade dos serviços prestados aos clientes. A seguir são apresentados os resultados alcançados pelas distribuidoras nos principais indicadores que medem a qualidade e a confiabilidade do fornecimento de energia elétrica. O DEC (Duração Equivalente de Interrupções) mede a duração média, em horas, de interrupção por consumidor no ano e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupções) indica o número médio de interrupções por consumidor no ano.

Distribuidora	Indicadores * DEC e FEC			
	DEC (horas)	FEC (nº vezes)	2019	2018
CPFL Paulista	6,72	6,17	4,38	4,03
CPFL Piratininga	6,48	5,92	4,34	3,87
RGE	14,01	14,44	6,25	6,10
CPFL Santa Cruz	5,56	6,01	4,25	5,09

*Valores anualizados

*Valores de 2018 utilizando a composição das empresas Antiga RGE e RGE SUL

Desempenho no Segmento de Geração de Energia Elétrica: Em 2019, a capacidade instalada do segmento de Geração do grupo CPFL totalizava 4.304 MW, considerando-se a participação de 99,94% na CPFL Renováveis. Em 31 de dezembro de 2019, o portfólio da CPFL Renováveis totalizava 2.133 MW de capacidade instalada em operação, compreendendo 40 PCHs (453 MW), 45 parques eólicos (1.309 MW), 8 usinas termelétricas a biomassa (370 MW) e 1 usina solar (1 MW). Estamos constantemente avaliando novas oportunidades para explorar investimentos em projetos de geração convencional e renovável adicionais. Temos um portfólio total de 2,9 GW de projetos de geração renovável a serem desenvolvidos nos próximos anos e atualmente temos 110 MW em construção: **PCH Lucia Cheroibim:** projeto localizado no Estado do Paraná, tem previsão de entrada em operação em 2024. A capacidade instalada é de 28,0 MW e a garantia física é de 16,6 MWh/médios. A energia foi vendida por meio de contrato de longo prazo no leilão de energia nova (A-6) de 2018. (Preço: R\$ 189,95/MWh - dezembro de 2019). **Parques Eólicos do Complexo Gameleira:** os parques eólicos Costa das Dunas, Figueira Branca, Farol de Touros e Gameleira, localizados no Estado do Rio Grande do Norte, têm previsão de entrada em operação em 2024. A capacidade instalada é de 81,7 MW e a garantia física é de 39,4 MWh/médios. Houve um aumento na potência instalada, de 61,3 MW para 81,7 MW, que se deve à otimização de potência do aerogerador. Parte da energia (12,0 MWh/médios) foi vendida por meio de contrato de longo prazo no leilão de energia nova (A-6) de 2018. (Preço: R\$ 89,89/MWh - dezembro de 2019).

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas. **Receita Operacional:** A receita operacional bruta foi de R\$ 45.009 milhões, representando um aumento de 5,6% (R\$ 2.383 milhões), decorrente dos aumentos: (i) de 9,4% (R\$ 2.740 milhões) no fornecimento de energia elétrica; (ii) de 11,9% (R\$ 650 milhões) no suprimento de energia elétrica; (iii) de 11,4% (R\$ 551 milhões) em outras receitas operacionais; e (iv) de 17,8% (R\$ 316 milhões) na receita com construção da infraestrutura da concessão. Esses efeitos foram parcialmente compensados pela variação de R\$ 1.810 milhões nos ativos e passivos financeiros setoriais, passando de um ativo de R\$ 1.208 milhões em 2018 para um passivo de R\$ 602 milhões em 2019, e pela redução de 18,7% (R\$ 64 milhões) na atualização do ativo financeiro da concessão. As deduções da receita operacional foram de R\$ 15.077 milhões, apresentando um aumento de 4,1% (R\$ 587 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 29.932 milhões, representando um aumento de 6,4% (R\$ 1.796 milhões). **Geração Operacional de Caixa - EBITDA:** O EBITDA é uma medida não contábil calculada pela Administração a partir da soma de lucro, impostos, resultado financeiro, depreciação/amortização. Essa medida serve como indicador do desempenho do *management* e é habitualmente acompanhada pelo mercado. A Administração observou os preceitos da Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, quando da apuração desta medida não contábil.

	Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA	
	2019	2018
Lucro Líquido	2.748.296	2.165.995
Depreciação e amortização	1.681.053	1.594.065
Amortização Mais Valia de Ativos	579	579
Resultado financeiro	726.247	1.102.687
Contribuição social	336.610	213.673
Imposto de renda	901.386	560.310
EBITDA	6.394.173	5.637.308

A geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA, atingiu R\$ 6.394 milhões, um aumento de 13,4% (R\$ 757 milhões), refletindo principalmente o aumento de 6,4% (R\$ 1.796 milhões) na receita operacional líquida e o aumento de 4,4% (R\$ 15 milhões) na equivalência patrimonial. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento de 3,0% (R\$ 533 milhões) nos custos com energia elétrica e encargos e o aumento de 10,4% (R\$ 521 milhões) nos custos e despesas operacionais, inclusive gastos com previdência privada e custos com construção da infraestrutura da concessão. **Lucro Líquido:** Em 2019, o lucro líquido do exercício atingiu R\$ 2.748 milhões, um aumento de 26,9% (R\$ 582 milhões), refletindo principalmente o aumento de 13,4% (R\$ 757 milhões) no EBITDA e a redução de 34,1% (R\$ 376 milhões) nas despesas financeiras líquidas. Tais efeitos foram parcialmente compensados pelos aumentos de R\$ 464 milhões no Imposto de Renda e Contribuição Social e de 5,5% (R\$ 87 milhões) nas depreciações e amortizações. **Destinação do Lucro Líquido do Exercício:** A política de dividendos da CPFL Energia estabelece que seja distribuído no mínimo 50% do lucro líquido ajustado, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, aos titulares de suas ações. A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está submetida ao quadro a seguir:

	R\$ mil
Lucro líquido do exercício - Individual	2.702.671
Realização do resultado abrangente	25.672
Dividendos prescritos	765
Lucro líquido base para destinação	2.729.108
Reserva legal	(135.134)
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(518.795)
Dividendo mínimo obrigatório	(641.884)
Dividendo adicional proposto	(1.433.295)

Dividendo: O Conselho de Administração propõe a distribuição de R\$ 2.075 milhões em dividendos aos detentores de ações ordinárias, negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3). O valor proposto corresponde a R\$ 1.800,972882 por ação, relativo ao exercício fiscal de 2019. **Reserva Estatutária - Reforço de Capital de Giro:** Para este exercício, considerando o atual cenário macro com uma incipiente retomada econômica e, também considerando as incertezas quanto à hidrologia, a Administração da Companhia está propondo a destinação de R\$ 519 milhões à reserva estatutária - reforço de capital de giro. **Endividamento:** No final de 2019, a dívida financeira bruta (incluindo derivativos) da Companhia atingiu R\$ 18.294 milhões, apresentando uma redução de 7,4%. As disponibilidades totalizaram R\$ 1.937 milhões, um acréscimo de 2,4%. Com isso, a dívida financeira líquida passou para R\$ 16.356 milhões, registrando uma redução de 8,4%.

5. INVESTIMENTOS

Em 2019, foram realizados investimentos de R\$ 2.254 milhões para manutenção e expansão do negócio, dos quais R\$ 2.033 milhões foram direcionados à distribuição, R\$ 159 milhões à geração (R\$ 126 milhões de geração renovável e R\$ 33 milhões de geração convencional) e R\$ 62 milhões à comercialização, serviços e outros. Complementarmente, houve um investimento de R\$ 21 milhões relacionado ao segmento de transmissão que, de acordo com o IFRIC 15, está registrado como "Ativo Contratual das Transmissoras" (outros créditos). Entre os investimentos da CPFL Energia em 2019 podemos destacar: **Distribuição:** foram feitos investimentos na ampliação, manutenção, melhoria, automação, modernização e no reforço do sistema elétrico para atender ao crescimento de mercado, em infraestrutura operacional, nos serviços de atendimento aos clientes, entre outros. Em 31 de dezembro de 2019, nossas distribuidoras possuem 9,8 milhões de clientes, um acréscimo de 0,2 milhão de clientes. Nossa rede de distribuição consistia em 329.370 km de linhas de distribuição (acrécimo de 5.391 km de linhas), incluindo 476.474 transformadores de distribuição (acrécimo de 11.847 transformadores). Nossas cinco subsidiárias de distribuição tinham 12.856 km de linhas de distribuição de alta tensão entre 34,5 kV e 138 kV (acrécimo de 292 km de linhas). Nesta data, detinhamos 555 subestações transformadoras de alta tensão para média tensão para subseqüente distribuição (aumento de 07 subestações), com capacidade total de transformação de 18.703 MVA (acrécimo de 126 MVA); **Geração:** em 2019, foram investidos R\$ 159 milhões, sendo R\$ 33 milhões de geração convencional e R\$ 126 milhões de geração renovável, destinados principalmente à construção da PCH Lucia Cheroibim e dos parques eólicos do Complexo Gameleira (Costa das Dunas, Figueira Branca, Farol de Touros e Gameleira).

6. GOVERNANÇA CORPORATIVA

O modelo de governança corporativa da CPFL Energia e das sociedades controladas se baseia nos princípios da transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa. Em 2019, a CPFL completou 15 anos da abertura de seu capital na B3 e na Bolsa de Valores de Nova York ("NYSE"). Com mais de 100 anos de atuação no Brasil, a Companhia possui ações listadas no Novo Mercado da B3 e ADRs Nível III da NYSE (até 27 de janeiro de 2020, por conta da conclusão do processo de deslistagem da NYSE), segmentos de listagem diferenciados que reúne empresas que aderem às melhores práticas de governança corporativa. Todas as ações da CPFL são ordinárias, ou seja, dão direito de voto e os acionistas tem assegurado *Tag Along* de 100% em caso de alienação do controle acionário. A Administração da CPFL é formada pelo Conselho de Administração ("Conselho"), órgão de deliberação, e pela Diretoria Estatutária, órgão executivo. O Conselho é responsável pelo direcionamento estratégico dos negócios da holding e das empresas controladas, sendo composto por 7 membros (sendo 2 membros independentes), cujo prazo de mandato é de 1 ano, com possibilidade de reeleição. O Regimento Interno do Conselho estabelece os procedimentos para a avaliação dos conselheiros, sob a liderança do Presidente do Conselho, as principais obrigações e direitos dos conselheiros. O Conselho constituiu 5 comitês de assessoramento (Estratégia e Processos de Gestão, Gestão de Recursos Humanos, Partes Relacionadas, Gestão de Riscos e Orçamento e Finanças Corporativas), que apoiam nas decisões e acompanhamento de temas relevantes e estratégicos, como a gestão de pessoas e de riscos, sustentabilidade e o acompanhamento da auditoria interna, a análise das transações com Partes Relacionadas aos acionistas do bloco de controle e o tratamento das ocorrências registradas nos canais de denúncia e de conduta ética. A Diretoria Executiva é composta por 1 Diretor Presidente, 1 Diretor Presidente Adjunto e 8 Diretores Vice-presidentes, todos com mandato de 2 anos, com possibilidade de reeleição, cuja responsabilidade é a execução da estratégia da CPFL Energia e de suas sociedades controladas, que são definidas pelo Conselho em linha com as diretrizes de governança corporativa. A fim de garantir o alinhamento das práticas de governança, o Diretor Presidente e o Diretor Presidente Adjunto ocupam posições no Conselho de Administração das empresas que fazem parte do grupo CPFL. A CPFL possui um Conselho Fiscal permanente, composto por 3 membros efetivos e igual número de suplentes, que também exerce atividades de Audit Committee, em atendimento às regras da Lei Sarbanes Oxley (SOX) aplicáveis às empresas estrangeiras listadas em bolsa de valores nos Estados Unidos.

As Diretrizes e o conjunto de documentos relativos à governança corporativa estão disponíveis no website de Relações com Investidores <http://www.cpfl.com.br/ri>.

7. MERCADO DE CAPITALIS

Em 31 de dezembro de 2019, a CPFL Energia possuía 16,29% de suas ações em circulação no mercado (*free float*), tendo suas ações negociadas no Brasil (B3) e na Bolsa de Nova York (NYSE). Em 2019, as ações da CPFL Energia apresentaram valorização de 23,2% na B3 e de 17,8% na NYSE, encerrando o ano cotadas a R\$ 35,55 por ação e US\$ 17,46 por ADR. O volume médio diário de negociação atingiu R\$ 61,4 milhões, dos quais R\$ 59,6 milhões na B3 e R\$ 1,8 milhões na NYSE, representando um aumento de 379,7% em relação a 2018. Esse aumento do volume de negociação das ações da CPFL Energia se deve principalmente ao aumento do *free float* da Companhia, de 5,25% para 16,29%, após a Oferta Pública de Ações, concluída em 12 de junho de 2019. O número de negócios realizados na B3 cresceu em 222,6%, passando de uma média diária de 1.645 negócios, em 2018, para 5.307 negócios, em 2019.

8. SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

Desenvolvemos iniciativas que buscam gerar valor compartilhado entre a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir para a melhoria das condições econômicas, sociais e ambientais nas áreas de abrangência. Alinhados ao planejamento estratégico do Grupo CPFL, os compromissos e as diretrizes de atuação visam promover o desenvolvimento sustentável e são incorporados aos processos decisórios e ações, conforme destaques a seguir. **Plano de sustentabilidade:** definição da estratégia de sustentabilidade com foco em três pilares - Energia sustentável, Soluções inteligentes e Valor compartilhado com a sociedade - e em habilitadores fundamentais para nossa atuação - Ética, Transparência, Desenvolvimento de pessoas e inclusão, com compromissos públicos e iniciativas de valor em diversas áreas da empresa, contribuindo para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. **Plataforma de sustentabilidade:** ferramenta de gestão da performance em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano de Sustentabilidade. **Comitê de sustentabilidade:** instância da diretoria executiva responsável por monitorar o Plano e a Plataforma de sustentabilidade, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para o desenvolvimento sustentável da empresa. **Mudança do Clima:** atuamos com foco estratégico em negócios de baixo carbono e projetos que visam combater a mudança climática e seus impactos, atuando nas frentes de Gestão de emissões de gases de efeito estufa (GEE), Gestão de riscos e oportunidades, inovação com foco no desenvolvimento de produtos e soluções, Engajamento junto a organizações e iniciativas como a Rede Brasileira do Pacto Global e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Divulgação por meio de reportes ao mercado e nossos canais de comunicação. **Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE):** O Programa de Integridade assegura os mecanismos adequados para promover a cultura ética, alinhada aos princípios do grupo CPFL Energia. O programa possui 4 pilares compostos por procedimentos que evidenciam, inclusive, o apoio da alta administração, diretrizes como o Código de Conduta Ética, além de ferramentas de comunicação como treinamentos e o canal externo de ética, avaliação e monitoramento. Podemos destacar ações ocorridas/implementadas do Programa de Integridade, tais como: A manutenção do Unitário (CGU) a um seletivo grupo de 26 empresas dentre 373 participantes, que fomentam a adoção voluntária de medidas de integridade e comprometidas em implementar ações voltadas à prevenção, detecção e remediação de atos de corrupção e fraude, o treinamento presencial/e-learning do Programa de Integridade para 5.462 colaboradores do grupo CPFL, a implantação da Conversa Mensal de Integridade - CMI em todas unidades do grupo CPFL, Dia da Integridade que contou com a palestra do professor e filósofo Mário Sérgio Cortella. Além disso, foram realizadas 12 reuniões do Comitê de Ética em 2019 para tratar de temas relacionados à gestão da ética, considerando sugestões, consultas e denúncias recebidas no período. **Gestão de Recursos Humanos:** Em 2019, treinamos 11.746 pessoas, que representa 81% do quadro de colaboradores. Foram 4.264 turmas presenciais e 27.175 horas de treinamento online. Também lançamos a primeira Escola de Operadores do Brasil, formação gratuita que desenvolve profissionais para operar o sistema elétrico. Ao todo, foram 592 horas de treinamento e 24 alunos formados.

9. AUDITORES INDEPENDENTES

A KPMG Auditores Independentes ("KPMG") foi contratada pela CPFL Energia para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a KPMG prestou, em 2019, serviços não relacionados à auditoria externa cujos honorários agregados foram superiores a 5% do total de honorários recebidos pelo serviço de auditoria contábil (societária, regulatória e Sox). Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a KPMG prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, de revisão das informações intermediárias e de auditoria de Sox, os seguintes serviços:

Balancos Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018			31/12/2019	31/12/2018		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	33.909	79.364	1.937.163	1.891.457	Fornecedores	17	4.698	2.854	3.260.180	2.398.085
Títulos e valores mobiliários	6	—	—	851.004	—	Empréstimos e financiamentos	18	—	—	2.776.193	2.446.113
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	—	—	4.985.578	4.547.951	Debêntures	19	—	—	682.582	917.352
e permissionárias	7	—	—	4.985.578	4.547.951	Entidade de previdência privada	20	—	—	224.851	86.623
Dividendo e juros sobre o capital próprio	13	816.205	701.731	100.297	100.182	Taxas regulamentares	21	—	—	232.251	150.656
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	78	9.441	87.698	123.739	Imposto de renda e contribuição social a recolher	22	40.629	8.261	218.961	100.450
Outros tributos a compensar	8	58.947	8.646	331.428	287.517	Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	22	25.315	5.258	741.536	664.989
Derivativos	35	—	—	281.326	309.484	Dividendo	645.737	491.602	668.859	532.608	
Ativo financeiro setorial	9	—	—	1.093.588	1.330.991	Obrigações estimadas com pessoal	35	—	—	125.057	119.252
Ativo contratual	16	—	—	24.387	—	Derivativos	35	—	—	29.400	8.139
Outros ativos	12	400	417	648.161	811.005	Uso do bem público	24	22.318	23.405	1.094.269	979.296
Total do circulante		909.539	799.599	10.340.630	9.402.316	Outras contas a pagar	24	22.318	23.405	1.094.269	979.296
Não circulante						Total do circulante		738.697	531.380	10.065.908	8.415.132
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	—	—	713.068	752.795	Não circulante					
Mútuo entre coligadas, controladas e controladora	32	424.387	72.933	—	—	Fornecedores	17	—	—	359.944	333.036
Depósitos judiciais	23	453	703	757.370	854.374	Empréstimos e financiamentos	18	—	—	7.587.102	8.989.846
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	—	—	101.528	67.966	Debêntures	19	—	—	7.863.696	8.023.493
Outros tributos a compensar	8	—	—	370.595	185.725	Entidade de previdência privada	20	—	—	2.153.327	1.156.639
Ativo financeiro setorial	9	—	—	2.748	223.880	Imposto de renda e contribuição social a recolher	22	—	—	156.198	—
Derivativos	35	—	—	369.767	347.507	Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	22	—	—	805	9.691
Créditos fiscais diferidos	10	85.474	112.522	1.064.716	956.380	Débitos fiscais diferidos	10	—	—	1.048.069	1.136.227
Ativo financeiro da concessão	11	—	—	8.779.717	7.430.149	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	23	123	241	600.775	979.360
Investimentos em instrumentos patrimoniais	12	—	—	116.654	116.654	Derivativos	35	—	—	6.157	23.659
Outros ativos	13	3.960	4.863	736.019	927.440	Passivo financeiro setorial	9	—	—	102.561	46.703
Investimentos	13	12.327.132	9.816.139	997.997	980.362	Uso do bem público	24	20.090	13.584	91.181	89.965
Imobilizado	14	2.226	1.087	9.083.710	9.456.614	Outras contas a pagar	24	20.090	13.584	759.331	475.396
Ativo contratual	16	—	—	1.322.822	1.046.433	Total do não circulante		20.213	13.825	20.729.147	21.264.015
Intangível	15	120	110	9.320.953	9.462.935	Patrimônio líquido					
Total do não circulante		12.843.753	10.008.356	33.737.664	32.809.214	Capital social	9.388.081	5.741.284	9.388.081	5.741.284	
						Reserva de capital	(1.640.962)	469.257	(1.640.962)	469.257	
						Reserva legal	1.036.125	900.992	1.036.125	900.992	
						Reserva estatutária - reforço de capital de giro	4.046.305	3.527.510	4.046.305	3.527.510	
						Dividendo	1.433.295	—	1.433.295	—	
						Resultado abrangente acumulado	(1.268.465)	(376.294)	(1.268.465)	(376.294)	
							12.994.381	10.262.749	12.994.381	10.262.749	
						Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	—	—	288.857	2.269.634	
						Total do patrimônio líquido			12.994.381	10.262.749	
						Total do passivo e do patrimônio líquido			13.753.291	10.807.954	
									44.078.293	42.211.530	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

Lucro antes dos tributos	Controladora		Consolidado		Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais	2.825.333	2.179.616	3.986.293	2.939.977	Atividades de investimento	1.288.696	566.167	5.788.530	856.686
Depreciação e amortização	273	201	1.681.053	1.594.064	Redução (Aumento) de capital em investidas	(4.107.555)	—	—	(1.096)
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	408	(117)	204.795	153.977	Aquisições de imobilizado	(1.763)	(286)	(188.994)	(275.986)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	—	—	233.424	169.259	Adições de ativo contratual	—	—	(2.054.306)	(1.769.573)
Encargos de dívida e atualizações monetárias e cambiais	(6.318)	2.932	919.836	1.117.742	Adições e construções de intangível	(15)	(42)	(19.147)	(16.864)
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	—	—	112.603	89.909	Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - aplicações	—	—	(250)	(1.184.804)
Equivalência patrimonial	(2.827.718)	(2.250.835)	(349.090)	(334.198)	Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - resgates	—	—	378.560	767.500
Perda (ganho) na baixa de não circulante	—	—	189.566	216.275	Adiantamento para futuro aumento de capital	(14.160)	(82.415)	—	—
Outros	—	—	(121)	(27.052)	Mútuos concedidos a controladas e coligadas	(424.371)	(80.512)	—	—
	(8.022)	(68.204)	6.978.359	5.919.953	Recebimentos de mútuos com controladas e coligadas	78.391	135.222	—	—
Redução (aumento) nos ativos operacionais	—	—	(631.078)	(1.006.291)	Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(4.469.473)	(28.283)	(3.068.691)	(1.850.688)
Consumidores, concessionárias e permissionárias	—	—	(631.078)	(1.006.291)	Atividades de financiamento	—	—	—	7.994
Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos	1.295.427	596.100	331.754	311.347	Aumento de capital por acionistas não controladores	3.622.305	—	3.622.305	7.994
Tributos a compensar	(5.388)	109.719	(174.263)	92.090	Aumento de participação societária em investimento já existente	—	—	(4.107.555)	—
Depósitos judiciais	260	(25)	130.725	22.926	Captação de empréstimos e debêntures	—	—	5.256.705	9.610.814
Ativo financeiro setorial	—	—	628.157	(846.216)	Liquidação de operações com derivativos	—	—	(186.000)	(7.136.612)
Contas a receber - CDE	—	—	36.240	59.196	Adiantamento para futuro aumento de capital	—	—	219.257	543.427
Outros ativos operacionais	1.276	1.147	(70.790)	(47.835)	Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(486.984)	(279.101)	(534.061)	(322.163)
Aumento (redução) nos passivos operacionais	1.845	1.210	889.002	(848.880)	Amortizações de mútuos com controladas e coligadas	—	—	5.813	—
Fornecedores	1.845	1.210	889.002	(848.880)	Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	3.135.321	(465.101)	2.674.135	(364.185)
Outros tributos e contribuições sociais	19.815	4.541	10.344	(59.102)	e equivalentes de caixa	(45.456)	72.783	45.704	(1.358.187)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	—	—	(144.494)	(107.668)	Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	79.364	6.581	1.891.457	3.249.642
Taxas regulamentares	—	—	81.595	(430.944)	Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	33.909	79.364	1.937.163	1.891.457
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(542)	(259)	(484.153)	(215.873)					
Passivo financeiro setorial	—	—	(25.696)	(64.361)					
Contas a pagar - CDE	—	—	(20.187)	71.779					
Outros passivos operacionais	5.413	6.407	349.303	176.308					
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	1.310.084	650.636	7.884.817	3.026.428					
Encargos de dívidas e debêntures pagos	—	—	(4.235)	(1.132.479)					
Imposto de renda e contribuição social pagos	(21.388)	(80.234)	(963.806)	(816.402)					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2017	Resultado abrangente acumulado					Participação de acionistas não controladores				
	Reserva de lucros estatutária		Entidade de		Dividendo atribuído	Lucros acumulados	Resultado abrangente acumulado	Outros componentes do patrimônio líquido	Total do patrimônio líquido	Participação de acionistas não controladores
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reforço financeiro da concessão						
5.741.284	468.014	798.090	826.600	1.292.406	405.840	8.961.528	11.833	2.212.983	11.186.344	11.186.344
Resultado abrangente total	—	—	—	—	—	1.975.433	—	107.955	1.896.717	1.896.717
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	1.788.762	—	107.955	1.896.717	1.896.717
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	—	—	—	—	—	17.963	—	—	17.963	17.963
Efeito da aplicação inicial do IFRS 9 / CPC 48	—	—	—	—	—	(48.461)	—	—	(48.461)	(48.461)
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	—	—	—	—	—	(238.780)	—	—	(238.780)	(238.780)
Mutações internas do patrimônio líquido	—	5	102.902	(826.600)	2.235.465	(25.118)	(1.486.648)	5	1.664	(108)
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	—	—	—	—	—	(38.057)	—	(2.693)	2.693	—
Efeitos fiscais sobre a realização do custo atribuído	—	—	—	—	—	12.939	—	916	(916)	—
Constituição da reserva legal	—	—	102.902	—	—	(102.902)	—	—	—	—
Movimentação da reserva estatutária no exercício	—	—	—	(826.600)	2.235.465	—	—	—	—	—
Outras movimentações	—	5	—	—	—	—	—	—	(113)	(108)
Transações de capital com os acionistas	1.238	—	—	—	—	(488.785)	(487.547)	(63.024)	(550.571)	(4.452)
Dividendo intermediário	—	—	—	—	—	—	—	—	(4.452)	(4.452)
Aprovação da proposta de dividendo	—	—	—	—	—	—	—	—	(64.233)	(553.018)
Outras movimentações	1.238	—	—	—	—	—	—	—	5.661	6.899
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.741.284	469.257	900.992	3.527.510	380.721	(757.016)	10.055	2.259.578	12.532.383	12.532.383
Resultado abrangente total	—	—	—	—	—	2.702.671	—	45.626	2.748.297	2.748.297
Lucro líquido do exercício	—									

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Fimdos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” - *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Companhia e suas controladas (“Grupo”) também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“Aneel”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão do Grupo. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 04 de março de 2020. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: (i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e (ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 35 de Instrumentos Financeiros. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração do Grupo faça julgamentos de alto estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração do Grupo revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuem um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são: • Nota 7 - Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados); • Nota 9 - Ativo e passivo financeiro setorial (Critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens); • Nota 10 - Créditos e débitos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados); • Nota 11 - Ativo financeiro da concessão (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos, vide nota 34); • Nota 12 - Outros ativos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada); • Nota 14 - Imobilizado (aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas

em relação aos valores recuperáveis); • Nota 15 - Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis); • Nota 16 - Ativo contratual (principais premissas em relação aos valores recuperáveis); • Nota 20 - Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos); e • Nota 23 - Provisões para riscos fiscais, civis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos). **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional do Grupo é o Real, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados. **2.5 Informações por segmento:** Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento; e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas. Os executivos do Grupo utilizam-se de relatórios para a tomada de decisões estratégicas segmentando os negócios em (i) atividades de distribuição de energia elétrica (“Distribuição”); (ii) atividades de geração e transmissão de energia elétrica por fontes convencionais (“Geração”); (iii) atividades de geração de energia elétrica por fontes renováveis (“Renováveis”); (iv) atividades de comercialização de energia (“Comercialização”); (v) atividades de prestação de serviços (“Serviços”); e (vi) outras atividades não relacionadas nos itens anteriores. **2.6 Informações sobre participações societárias:** As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, direta ou indiretamente, estão descritas na nota 1. Exceto (i) pelas empresas ENERCAN, BAESA, Chapecoense e EPASA que são registradas por equivalência patrimonial, e (ii) a participação minoritária na controlada Paulista Lajeado na Investco S.A., as demais entidades são consolidadas de forma integral. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a participação de acionistas não controladores destacada no consolidado refere-se à participação de terceiros detida nas controladas CERAN, Paulista Lajeado e CPFL Renováveis. **2.7 Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS. **2.8 Nova apresentação das demonstrações financeiras de 2018 - abertura de linhas:** A partir de 2019, com o objetivo de realizar melhorias na forma de apresentação das demonstrações financeiras para monitoramento dos resultados pela Administração do Grupo, através de uma melhoria em termos de custos e despesas, a Companhia passou a adotar a abertura das linhas de depreciação e amortização em duas rubricas nas demonstrações dos resultados. Para fins de comparabilidade, estas mudanças foram aplicadas retrospectivamente conforme CPC 23/IAS 8, e, portanto, a Companhia está representando as demonstrações financeiras de 2018 com a mesma abertura. Não houve alterações entre as naturezas de custos e despesas. A tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações financeiras de 2018 do Grupo:

	Controladora		Consolidado	
	Originalmente publicado	Abertura de linhas	Originalmente publicado	Abertura de linhas
2018				
Receita operacional líquida	1	1	28.136.627	28.136.627
Custo do serviço	-	-	(17.838.165)	(17.838.165)
Custo do serviço operacional líquido	-	-	(2.733.754)	(2.733.754)
Custo do serviço operacional líquido	-	-	(1.237.627)	(1.237.627)
Depreciação e Amortização	-	-	(1.496.127)	(1.496.127)
Outros custos com Operação	-	-	(1.775.339)	(1.775.339)
Custo do serviço prestado a terceiros	1	1	5.789.369	5.789.369
Lucro operacional bruto	-	-	(608.184)	(608.184)
Despesas operacionais	-	-	(169.259)	(169.259)
Despesas com vendas	-	-	(438.295)	(438.295)
Despesas gerais e administrativas	(43.930)	(43.930)	(987.291)	(987.291)
Depreciação e Amortização	-	(201)	(65.319)	(65.319)
Outras despesas gerais e administrativas	-	(43.728)	(921.972)	(921.972)
Outras despesas operacionais	9	9	(485.427)	(485.427)
Amortização de intangível da concessão	-	-	(286.858)	(286.858)
Outras Despesas Operacionais	-	9	(198.569)	(198.569)
Resultado do serviço	(43.920)	(43.920)	3.708.467	3.708.467
Resultado de participações societárias	2.250.835	-	334.198	334.198
Resultado financeiro	(22.160)	(22.160)	762.413	762.413
Receitas financeiras	(5.140)	(5.140)	(1.965.100)	(1.965.100)
Despesas financeiras	2.179.616	2.179.616	2.939.977	2.939.977
Lucro antes dos tributos	(30.814)	(30.814)	(213.673)	(213.673)
Contribuição social	(90.760)	(90.760)	(560.310)	(560.310)
Imposto de renda	(121.575)	(121.575)	(773.982)	(773.982)
Lucro líquido do exercício	2.058.040	2.058.040	2.165.995	2.165.995

Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores
 Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores
 Lucro por ação básico atribuído aos acionistas controladores - R\$
 Lucro por ação diluído atribuído aos acionistas controladores - R\$

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados, com exceção dos novos pronunciamentos e interpretações contábeis adotadas pelo Grupo em 1º de janeiro de 2019 descritas na nota explicativa 3.17. **3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa do Grupo. Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são incluídos na gestão das obrigações de curto prazo. A determinação de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores. **3.2 Contratos de concessão: Distribuidoras:** O ICPC 01 (R1) e IFRIC 12 - Contratos de Concessão estabelecem diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o poder concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão. Atendidas estas definições, a infraestrutura das concessionárias de distribuição é segregada e movimentada como ativo contratual, desde a data de sua construção até a completa transferência das obras e melhorias, cumprindo as determinações existentes nos CPCs e IFRSs. De modo que, quando em operação, sejam reclassificados nas demonstrações financeiras de ativo contratual para as rubricas de (i) ativo intangível, correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos, e (ii) ativo financeiro, correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização) mediante reversão dos ativos ao término da concessão. O valor do ativo financeiro da concessão das distribuidoras é determinado com base em seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (Aneel), e leva em consideração as alterações no valor justo, tomando por base principalmente os fatores como valor novo de reposição e atualização pelo IPCA para as controladas do segmento de distribuição. O ativo financeiro das distribuidoras enquadra-se na categoria valor justo por meio do resultado e as mudanças nos valores justos têm como contrapartida a conta de receita operacional (notas 4 e 25). O montante remanescente é registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada de acordo com o padrão de consumo que reflete o benefício econômico esperado até o término da concessão. Em função (i) do modelo tarifário que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura das distribuidoras, (ii) da forma como as controladas gerenciam as construções através do alto grau de terceirização, e (iii) de não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio do Grupo, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes, e, portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes. **Transmissoras:** As transmissoras do Grupo são responsáveis por construir e operar a infraestrutura de transmissão com o objetivo de transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, de acordo com o plano de concessão. A transmissão de energia tem a obrigação de manter sua infraestrutura de transmissão disponível para seus usuários para garantir o recebimento da Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização ao final do contrato de concessão. A infraestrutura de transmissão é classificada como ativo contratual. O direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. **3.3 Instrumentos financeiros:** - Ativos financeiros: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao custo líquido utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reportados em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. O Grupo não detém ativos financeiros desta classificação.
Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). O Grupo não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • se termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao consumo ou ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um ativo financeiro é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • se termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota explicativa 35). No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaimento contábil que de outra forma surgiria. Avaliação do modelo de negócio: O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se: - a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou os saldos esperados de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; - como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo; - os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o valor justo mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; - como os gerentes do negócio são remunerados; - o desempenho se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e - a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para julgar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pr-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). Para as transações de compra e venda de energia realizada pelas controladas de comercialização, o Grupo mantém a política contábil definida conforme estratégia de negócios com instrumentos mensurados ao custo amortizado, os quais

referem-se aos contratos já celebrados e ainda mantidos com a finalidade de recebimento ou entrega de energia de acordo com os requisitos esperados pela companhia relacionados à compra ou venda. As transações geralmente são de longo prazo e nunca são liquidadas pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro e, mesmo na eventualidade de algum contrato possuir flexibilização, a estratégia do portfólio do Grupo não é alterada por esta razão. - Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem: (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes. (ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros. O Grupo realiza o registro contábil de garantias financeiras quando estas são concedidas para entidades não controladas ou quando a garantia financeira é concedida em um percentual maior que o de sua participação para cobertura de compromissos de empreendimentos controlados em conjunto. Tais garantias são inicialmente registradas ao valor justo, através de (i) um passivo que corresponde ao risco assumido do não pagamento da dívida e que é amortizado contra receita financeira no mesmo tempo e proporção da amortização da dívida, e (ii) um ativo que corresponde ao direito de ressarcimento pela parte garantida ou uma despesa antecipada em função das garantias, que é amortizado pelo recebimento de caixa de outros acionistas ou pela taxa de juros efetiva durante o prazo da garantia. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, as garantias são mensuradas periodicamente pelo maior valor entre o montante determinado de acordo com o CPC 25/IAS 37 e o montante inicialmente reconhecido, menos sua amortização acumulada e custos e passivos financeiros sobre os quais são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 35. - Capital social: Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários. **3.4 Imobilizado:** Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificados. O custo de reposição de um ativo imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos futuros e o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposito. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A depreciação é calculada linearmente, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e também a orientação do órgão regulador. Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor residual do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais. Os bens e instalações utilizados nas atividades de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da Aneel. A Aneel, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa (“REN”) nº 631 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica a prévia autorização de desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica. **3.5 Intangível e Ativo Contratual:** Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como ágios, direito de exploração de concessões, software e servidão de passagem. O ágio (“goodwill”) resultante na aquisição de controladas é representado pela diferença entre o valor justo da contraprestação transferida pela aquisição de um negócio, somando a parcela dos acionistas não controladores, e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio é subsequentemente mensurado pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os ágios, bem como os demais ativos intangíveis de vida útil indefinida, se existirem, não estão sujeitos à amortização, sendo anualmente testados para verificar se os respectivos valores esperados para o valor justo excedem o valor contábil. Quando o teste de imparment resultar em resultado do exercício quando da aquisição do negócio que os originou. Nas demonstrações financeiras individuais, a mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é incluída ao valor contábil do investimento e sua respectiva amortização é classificada na demonstração do resultado individual na linha de “resultado de participações societárias” em atendimento ao ICPC 09 (R2). Nas demonstrações financeiras consolidadas este valor é apresentado como intangível e sua amortização é classificada na demonstração do resultado consolidado como “amortização de intangível de concessão” em outras despesas operacionais. O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões pode ter três origens distintas, fundamentadas pelos argumentos a seguir: (i) Adquiridos através de combinações de negócios: a parcela oriunda de combinações de negócios que corresponde ao direito de exploração da concessão amortizada linearmente. (ii) Investimentos na infraestrutura de distribuição de energia elétrica em contratos de concessão de longo prazo. (iii) Investimentos em contratos de concessão de distribuição de energia elétrica firmados pelas controladas, o ativo intangível registrado corresponde ao direito que os concessionários possuem de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão de acordo com uma curva que reflete o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Para mais informações vide nota 3.2. Os itens que compõem a infraestrutura são vinculados diretamente à operação de distribuição de energia elétrica da Companhia e devem respeitar as mesmas regras regulatórias descritas no item 3.4. (iii) Uso do Bem Público: algumas concessões de geração foram concedidas mediante a contraprestação de pagamentos para a União a título de Uso do Bem Público. O registro desta obrigação na data da assinatura dos respectivos contratos, a valor presente, teve como contrapartida a conta de ativo intangível. Estes valores, capitalizados pelos juros imputados na obrigação até a data de entrada em operação, estão sendo diluídos linearmente em períodos de amortização. A partir de 1º de janeiro de 2018, os ativos de infraestrutura da concessão em curso das distribuidoras foram classificados como ativos de contrato durante o período de construção ou de melhoria de acordo com os critérios do CPC 47 / IFRS 15. **3.6 Redução ao valor recuperável (“impairment”):** - Ativos financeiros: O Grupo avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato. O Grupo mensura a provisão para perda, usando uma abordagem simplificada de reconciliação entre o valor contábil e a data de entrada em operação para a mais valia do ativo e o custo da dívida. O custo da dívida de baixo risco de crédito no balanço, que são mensurados ao custo de crédito esperada para 12 meses. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). O Grupo considera um ativo financeiro como *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é não provável que os ativos das obrigações. O Grupo utiliza uma matriz de risco de crédito para determinar se o custo da perda baseada em informações historicamente disponíveis é maior que o custo de longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos. A metodologia desenvolvida pelo Grupo resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com a IFRS 9 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda (“*PD*” - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento (“*EAD*” - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência (“*LGD*” - *Loss Given Default*). Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contábeis pelo valor justo esperada para a vida útil excedem o valor contábil. Quando o teste de imparment resultar em resultado de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • quebra de cláusulas contratuais; • reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. As perdas por *impairment* relacionadas a consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício. - Ativos não financeiros: Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio (“*goodwill*”), são testados anualmente para a verificação se os valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso. Os ativos (ex: ágio, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa - “*UGC*”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a

perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*. **3.7 Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. **3.8 Benefícios a empregados:** Algumas controladas possuem benefícios pós-emprego e planos de pensão, sendo consideradas patrocinadoras destes planos. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm tão seguintes características: (i) Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais deste plano. As contribuições são reconhecidas como dívidas no resultado de desempenho em que os serviços são prestados. (ii) Plano de Benefício Definido: A obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado. Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente do plano. Este plano estabelece fatores que limitam os valores das distribuições, tais como o plano. **3.9 Dividendo e juros sobre capital próprio:** De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras. Em 21 de maio de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma Política de Dividendos que estabelece a distribuição de dividendo anual pela Companhia de, no mínimo, 50% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei 6.404/76, desde que não haja obrigações de longo prazo em vigor. A distribuição de dividendos depende de uma condição final para a Companhia, perspectivas futuras, condições macroeconômicas, revisões e reajustes tarifários, mudanças regulatórias e a estratégia de crescimento da Companhia. Também destaca que certas obrigações constantes dos contratos financeiros podem limitar o valor a ser distribuído. A política aprovada possui natureza meramente indicativa, com o objetivo de sinalizar ao mercado o tratamento que a Companhia pretende dispensar à distribuição de dividendos, possuindo, portanto, caráter programático e não vinculativo à Companhia ou a seus órgãos sociais. Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras de consumidores após a aprovação do Conselho de Administração. Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração. **3.10 Reconhecimento de receita:** A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho; (iii) identificação das obrigações de desempenho; (iv) identificação da receita; e (v) reconhecimento da receita se e quando a transação satisfizer as obrigações de desempenho do contrato. (i) **Identificação do contrato:** A receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. As controladas de distribuição de energia efetuam a leitura do consumo de seus clientes baseada em uma rotina de leitura (calendarização e rota de leitura) e faturam mensalmente o consumo de MWh baseadas nas leituras realizadas para cada consumidor individual. Como resultado, uma parte da energia distribuída ao longo do mês não é faturada ao final de cada mês, e, consequentemente uma estimativa é desenvolvida pela Administração e registrada como “Não Faturado”. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base as demonstrações financeiras de consumidores disponíveis no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes. As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo: (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho; (b) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora um ativo, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. As controladas de distribuição de energia efetuam a leitura do consumo de seus clientes baseada em uma rotina de leitura (calendarização e rota de leitura) e faturam mensalmente o consumo de MWh baseadas nas leituras realizadas para cada consumidor individual. Como resultado, uma parte da energia distribuída ao longo do mês não é faturada ao final de cada mês, e, consequentemente uma estimativa é desenvolvida pela Administração e registrada como “Não Faturado”. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base as demonstrações financeiras de consumidores disponíveis no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes. As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo: (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho; (b) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora um ativo, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. As controladas de distribuição de energia efetuam a leitura do consumo de seus clientes baseada em uma rotina de leitura (calendarização e rota de leitura) e faturam mensalmente o consumo de MWh baseadas nas leituras realizadas para cada consumidor individual. Como resultado, uma parte da energia distribuída ao longo do mês não é faturada ao final de cada mês, e, consequentemente uma estimativa é desenvolvida pela Administração e registrada como “Não Faturado”. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base as demonstrações financeiras de consumidores disponíveis no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes. As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo: (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho; (b) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora um ativo, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. As

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Fínidos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Investimento em 31/12/2018	Aumento/Integração de capital	Equivalência patrimonial (Resultado)	Equivalência patrimonial (Resultado abrangente)	Dividendo e Juros sobre capital próprio	Adiantamento para futuro aumento de capital	Outros	Investimento em 31/12/2019
CPFL Paulista	1.910.866	-	837.604 (609.470)	(616.579)	-	-	1.522.421
CPFL Piratininga	516.235	-	281.634 (160.197)	(73.647)	-	-	564.024
CPFL Santa Cruz	392.040	-	101.228 26	(27.671)	-	-	465.525
RGE Sul (RGE)	3.286.587	-	559.783 (68.062)	(288.583)	-	-	3.489.745
CPFL Geração	2.629.465	-	862.726 (19.373)	(324.769)	-	(75.298) (1)	3.068.752
CPFL Renováveis	-	-	52.388	-	-	2.072.635 (2)	2.125.023
CPFL Jaguarí Geração	58.656	-	9.849 -	(10.194)	-	-	58.310
CPFL Brasil	72.600	-	109.900 (9.425)	(85.693)	-	-	86.651
CPFL Planalto	2.444	-	4.022	-	-	-	6.466
CPFL Serviços	120.929	39.900	13.445 -	(3.193)	(39.900)	-	131.181
CPFL Atende	19.363	-	11.266 -	(6.334)	-	-	20.295
CPFL Infra	16.558	-	17.643 -	(14.087)	-	(6.089) (3)	14.025
CPFL Pessoas	-	-	2.047 -	-	-	2.470 (3)	4.517
CPFL Finanças	-	-	3.982 -	-	-	1.584 (3)	5.566
CPFL Supre	-	-	1.232 -	-	-	2.035 (3)	3.267
CPFL Total	19.853	-	25.665 -	(10.270)	-	-	35.348
CPFL Telecom	9.465	95	113 -	(1.389)	-	(95)	4.188
CPFL Centrais	-	-	-	-	-	-	-
Geradoras	15.998	-	22 -	-	-	-	16.020
CPFL Eficiência	85.744	42.400	(3.835)	22.120	(28.240)	-	118.189
AUTHI	21.463	-	11.836 -	(21.453)	-	-	11.846
	9.170.444	82.395	2.901.740 (866.498)	(1.461.722)	(68.235)	1.997.337	11.755.460

(1) Perda em participação sem alteração no controle, referente ao aumento de capital por capitalização de AFAC pela controlada CPFL Geração na controlada CPFL Renováveis ocorrida no primeiro semestre de 2019. A contrapartida foi o registro no patrimônio líquido, por se tratar de transação entre sócios. (2) Acerto de participação adicional de 46,76% na controlada CPFL Renováveis (nota 1.c) (3) Reorganização societária (nota 1.g). No consolidado, os saldos de investimento correspondem à participação nos empreendimentos controlados em conjunto registrados pelo método de equivalência patrimonial:

Investimento em controladas em conjunto	Participação patrimonial líquida		Resultado de equivalência patrimonial	
	31/12/2019	31/12/2018	2019	2018
Baesa	156.185	175.189	750	791
Enercan	207.868	175.122	123.240	101.592
Chapecoense	381.219	378.558	140.949	127.250
EPASA	243.244	241.433	84.730	105.343
CPFL Jaguarí	9.481	10.060	(579)	(579)
Mais valia de ativos, líquidos	997.997	980.362	349.090	334.198

13.2 Mais valia de ativos e ágio: A mais valia de ativos refere-se basicamente ao direito de explorar a concessão adquirida através de combinações de negócios. O ágio refere-se basicamente a aquisições de investimentos e está suportado pela perspectiva de rentabilidade futura. Nas demonstrações financeiras consolidadas estes valores estão classificados no grupo de Intangível (nota 15). **13.3 Juros sobre o capital próprio ("JCP") e Dividendo a receber:** A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os seguintes saldos a receber das controladas abaixo, referentes a dividendo e JCP:

Controlada	Dividendo		Juros sobre o capital próprio		Total	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
CPFL Paulista	504.789	92.596	115.928	110.214	620.717	202.810
CPFL Piratininga	32.172	6.226	35.254	31.708	67.426	37.934
CPFL Santa Cruz	-	-	39.728	19.160	39.728	19.160
CPFL Jaguarí	3.473	-	-	-	3.473	-
RGE Sul (RGE)	-	26.795	-	94.312	-	121.107
CPFL Geração	-	71.099	53.937	102.436	53.937	173.535
CPFL Centrais Geradoras	-	815	-	815	-	815
CPFL Jaguarí Geração	10.194	3.398	-	-	10.194	3.398
CPFL Brasil	-	111.083	1.200	2.451	1.200	113.534
CPFL Serviços	3.193	-	-	-	3.193	-
CPFL Atende	-	-	343	876	343	876
CPFL Telecom	-	1.111	-	-	-	1.111
CPFL Eficiência	2.630	12.195	2.550	15.104	5.179	27.299
AUTHI	10.000	151	-	-	10.000	151
	567.266	325.469	248.940	376.261	816.205	701.731

No consolidado, o saldo de dividendo e JCP a receber de R\$ 100.297 em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 100.182 em 31 de dezembro de 2018, refere-se basicamente aos empreendimentos controlados em conjunto. Após deliberações das AGOs/AGEs de suas controladas, a Companhia registrou em 2019 o montante de R\$ 598.534 a título de dividendo e juros sobre capital próprio a receber referentes ao exercício de 2018. Adicionalmente, as controladas declararam em 2019 (i) R\$ 417.984 como dividendo intermediário referente aos resultados intermediários de 2019; (ii) R\$ 293.661 como JCP referente aos resultados de 2019 e (iii) R\$ 121.841 como dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício de 2019. Dos montantes registrados como contas a receber, R\$ 1.295.427 foram pagos pelas controladas para a Companhia em 2019. **13.4 Participação de acionistas não controladores e empreendimentos controlados em conjunto:** A divulgação da participação em controladas, de acordo com a IFRS 12 e CPC 45, é como segue:

Saldo em 31/12/2017	CERAN		CPFL Renováveis		Paulista Lajeado		Total	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Participação acionária e no capital votante	86.031	-	2.058.079	-	80.707	-	2.224.816	-
Participação acionária e no capital votante não controladores	35,00%	-	46,40%	-	40,07%	-	-	-
Dividendos	34.731	62.470	10.754	107.955	-	-	-	-
Outras movimentações	(44.314)	(13.511)	(10.860)	(68.685)	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2018	76.448	2.112.693	80.493	2.269.634	-	-	-	-
Participação acionária e no capital votante não controladores	35,00%	48,44%	40,07%	-	-	-	-	-
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	36.914	950	7.762	45.625	-	-	-	-
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	-	75.298	-	75.298	-	-	-	-
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	-	(2.072.635) (1)	-	(2.072.635)	-	-	-	-
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	(9.228)	(11.895)	(7.986)	(29.109)	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2019	104.134	104.532	80.181	288.857	-	-	-	-
Participação acionária e no capital votante não controladores	35,00%	0,06%	40,07%	-	-	-	-	-

(1) Refere-se a aquisição de 46,76% da controlada CPFL Renováveis, adquiridos pela Companhia da acionista controladora State Grid.

13.4.2 Informações financeiras resumidas das controladas que têm participação de não controladores: As informações financeiras resumidas das controladas em que há participação de não controladores, em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 são como segue:

	31/12/2019			31/12/2018		
	CERAN	CPFL Renováveis	Paulista Lajeado	CERAN	CPFL Renováveis	Paulista Lajeado
Ativo circulante	78.836	1.312.371	13.734	90.367	1.330.319	15.489
Caixa e equivalentes de caixa	33.140	412.579	9.564	32.729	876.571	5.687
Ativo não circulante	751.546	10.496.351	141.185	799.390	10.845.036	144.863
Passivo circulante	215.198	1.545.741	35.374	246.482	1.396.120	33.883
Empréstimos, financiamentos e debêntures	106.128	617.030	-	106.555	819.993	-
Outros passivos financeiros	13.256	430.257	250	13.406	7.670	282
Passivo não circulante	317.060	5.616.562	782	414.852	6.529.563	1.033
Empréstimos, financiamentos e debêntures	211.051	4.387.676	-	316.581	4.738.841	-
Outros passivos financeiros	91.181	-	-	89.965	-	-
Patrimônio líquido	297.523	4.646.421	124.763	218.423	4.251.172	125.446
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	297.523	4.544.434	124.763	218.423	4.147.795	125.446
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	-	101.987	-	-	103.377	-

	2019			2018		
	CERAN	CPFL Renováveis	Paulista Lajeado	CERAN	CPFL Renováveis	Paulista Lajeado
Receita operacional líquida	339.041	1.928.011	42.206	333.289	1.936.319	52.510
Custo e despesa operacional	(102.685)	(22.479)	(25.224)	(95.321)	(727.557)	(26.115)
Depreciação e amortização	(43.033)	(645.722)	(4)	(41.378)	(623.106)	(4)
Receita de juros	4.521	73.216	679	6.191	93.076	1.346
Despesa de juros	(39.823)	(420.775)	-	(53.829)	(517.403)	(614)
Despesa de imposto sobre a renda	(52.197)	(47.152)	(2.814)	(48.239)	37.276	(3.145)
Lucro (prejuízo) líquido	105.468	107.024	19.370	99.230	118.805	26.838
Lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas controladores	105.468	96.628	19.370	99.230	109.264	26.838
Lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas não controladores	-	10.396	-	-	9.542	-

13.4.3 Empreendimentos controlados em conjunto: As informações financeiras resumidas dos empreendimentos controlados em conjunto, em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, são como segue:

	31/12/2019				31/12/2018			
	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa
Ativo circulante	219.117	66.863	379.359	294.877	208.326	68.956	345.737	327.084
Caixa e equivalentes de caixa	77.290	18.315	240.645	96.130	66.519	17.425	184.002	18.269
Ativo não circulante	982.032	915.379	2.472.085	470.864	1.033.320	966.664	2.604.162	502.618
Passivo circulante	390.817	72.383	451.803	93.512	385.271	50.639	424.635	152.168
Empréstimos, financiamentos e debêntures	133.548	-	138.759	35.660	137.225	-	138.706	34.478
Outros passivos financeiros	7.131	35.944	75.668	1.416	5.269	34.832	74.156	1.346
Passivo não circulante	383.699	285.269	1.652.152	216.233	496.953	284.391	1.782.993	224.933
Empréstimos, financiamentos e debêntures	255.756	-	913.308	115.842	383.358	-	1.045.402	151.964
Outros passivos financeiros	25.513	271.267	731.113	-	26.936	272.079	734.630	-
Patrimônio líquido	426.632	624.591	747.489	455.996	359.422	700.590	742.271	452.601

	2019				2018			
	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa
Receita operacional líquida	650.900	286.378	881.458	560.203	591.875	214.142	863.861	840.005
Custo e despesa operacional	(192.780)	(201.494)	(195.973)	(319.024)	(188.756)	(24.448)	(191.749)	(562.097)
Depreciação e amortização	(49.110)	(50.832)	(124.244)	(34.690)	(50.051)	(50.609)	(117.858)	(34.525)
Receita de juros	5.573	1.850	16.309	3.990	4.793	4.176	15.729	5.106
Despesa de juros	(33.399)	(31.533)	(163.977)	(13.972)	(46.042)	(53.946)	(191.818)	(17.491)
Despesa de imposto sobre a renda	(126.313)	(1.124)	(136.830)	(38.983)	(101.484)	(1.229)	(124.284)	(38.740)
Lucro (prejuízo) líquido	252.941	2.999	276.370	158.839	208.100	3.164	249.510	197.481
Participação acionária e no capital votante	48,72%	25,01%	51,00%	53,34%	48,72%	25,01%	51,00%	53,34%

Mesmo detendo mais do que 50% da participação acionária das entidades Epasa e Chapecoense, a controlada CPFL Geração controla em conjunto com outros acionistas estes investimentos. A análise do enquadramento do tipo de investimento está baseada no Acordo de Acionistas de cada empreendimento. Os empréstimos captados junto ao BNDES pelo empreendimento controlado em conjunto Chapecoense, determinam restrições ao pagamento de dividendo à controlada CPFL Geração acima do mínimo obrigatório de 25% sem a prévia anuência do BNDES. **13.4.5 Operação controlada em conjunto:** A Companhia, por meio da sua controlada integral CPFL Geração, possui parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico da Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás. A concessão e a operação do aproveitamento Hidrelétrico pertencem a Furnas Centrais Elétricas S.A. Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas (operação controlada em conjunto), ficou assegurada à CPFL Geração a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW e da energia assegurada de 637,5 MW médios (328,5 MW médios), até 2028. **13.5 Reestruturações societárias em 2019: Cisão parcial da controlada Nect:** Em 30 de setembro de 2019, foi aprovada a cisão parcial da Nect Serviços Administrativos de Infraestrutura Ltda. - "CPFL Infra" (anteriormente denominada Nect Serviços Administrativos Ltda.) em quatro segmentos de negócios específicos (Suprimentos, Recursos Humanos, Serviços Financeiros e Infraestrutura) e a incorporação da parcela cindida para as três novas empresas CPFL Supre, CPFL Finanças e CPFL Pessoas. A operação tem como objetivo a melhoria na qualidade dos serviços prestados pela empresa, através de uma maior especialização de suas atividades. O acervo líquido apurado nesta transação foi de R\$ 16.746 e não gerou nenhum efeito nas demonstrações financeiras consolidadas do grupo e nem tampouco alteração na participação acionária das empresas.

14. IMOBILIZADO

	Consolidado						
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Total
Saldo em 31/12/2017	168.494	1.319.257	1.094.777	6.870.389	75.771	7.245	251.192
Custo histórico	2						

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Finais em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos. Os planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, o qual inclui representantes de empregados ativos e aposentados além de membros indicados pela Companhia. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da FUNCESP, o que ocorre ao menos trimestralmente. A FUNCESP e a Fundação Família Previdência utilizam, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco ("VaR"), *Tracking Risk*, *Tracking Error* e Teste de Perda em Cenário de Estresse ("Stress Test"). A Fundação Família Previdência utiliza ainda, o *Sharpe*, *Sharpe Generalizado* e *Drawn Down*. Adicionalmente, para avaliar a exposição a risco de mercado dos portfólios dos planos, são calculadas a Exposição Base-Ano EBA e realizadas Simulações de Stress. O EBA consiste em uma métrica que expressa a exposição a risco do portfólio como proporção do patrimônio, considerando-se a soma das exposições geradas por cada ativo, a partir da definição de choques sobre os respectivos fatores de risco. As Políticas de Investimentos da FUNCESP e da Fundação Família Previdência determinam restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelecem a estratégia dos planos, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

21. TAXAS REGULAMENTARES

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	1.265	1.701
Reserva global de reversão - RGR	17.280	17.288
Taxa de fiscalização da Aneel - TFSEE	7.375	5.470
Bandeiras tarifárias e outros	206.352	126.196
Total	232.251	150.656

Bandeiras tarifárias e outros - Refere-se basicamente a bandeira tarifária faturada em novembro e dezembro de 2019 e 2018 ainda não homologadas pela Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias ("CCRBT").

22. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	156.240	73.058
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	62.721	27.392
Imposto de renda e contribuição social a recolher	218.961	100.450
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	435.155	430.149
Programa de integração social - PIS	36.657	30.760
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	168.195	152.945
IRPJ/COFINS parcelamento	9.323	40.099
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	52.05	51.135
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	741.536	664.989
Total Circulante	1.060.497	765.438
Não circulante		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	156.198	—
ICMS a pagar	805	772
PIS/COFINS parcelamento	—	8.919
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	805	9.691
Total Não circulante	157.003	9.691

Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ: no núcleo circulante, em função da aplicação inicial do IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro, refere-se à reclassificação de provisões para riscos fiscais referentes aos tributos sobre o lucro para imposto de renda a recolher. O caso em questão refere-se a Mandado de Segurança impetrado pela controladora CPFL Piratininga, que discute a possibilidade de exclusão da CSLL da sua própria base de cálculo, bem como da base de cálculo do IRPJ, sendo que para este caso é mais provável que as Autoridades Fiscais não acatem o procedimento. O Grupo possui ainda alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujo efeito de potenciais contingências estão divulgados na nota 23 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais.

23. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Consolidado			
	31/12/2019		31/12/2018	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	235.085	219.314	235.085	219.314
Cíveis	245.464	66.243	281.304	99.604
Fiscais	—	—	—	—
FINSOCIAL	—	—	39.727	99.146
Imposto de renda e contribuição social	7.571	417.664	154.717	401.381
Outras	46.255	177.369	195.379	150.472
	53.825	595.033	389.823	650.999
Outros	66.401	1	88.920	12
Total	600.775	757.370	979.360	854.374

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros está demonstrada a seguir:

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2018	Adições	Reversões	Pagamentos	Saldo em 31/12/2019
Trabalhistas	219.314	86.735	(29.967)	(68.927)	27.932
Cíveis	281.304	107.671	(43.679)	(123.054)	23.223
Fiscais	389.823	121.146	(55.221)	(276.652)	30.927
Outros	98.920	6.571	(16.420)	(15.518)	2.849
Total	979.360	322.121	(145.288)	(484.153)	84.932

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que o Grupo é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração do Grupo. O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue: **a. Trabalhistas** - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações). **b. Cíveis** - **Danos pessoais** - Referem-se, principalmente, a pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica das controladas, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros. **Majoração tarifária** - Corresponde a vários pleitos de consumidores industriais, devido a reajustes impostos pelas Portarias DINAEE nºs 38 e 45, de 27 de fevereiro de 4 de março de 1986, respectivamente, quando estava em vigor o congelamento de preços do "Plano Cruzado". **c. Fiscais** - Refere-se a processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrente da operação dos negócios das controladas, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS, SAT e Pis e Cofins. **d. Outros**: A rubrica de outros são principalmente ações relacionadas à natureza regulatória. **Perdas possíveis**: O Grupo é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas. As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estavam assim representadas:

	Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018	
Trabalhistas	583.348	786.901	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	1.815.143	1.630.630	Danos pessoais e majoração tarifária
Fiscais	4.350.740	3.822.488	Imposto de renda e contribuição social (nota 22)
Fiscais - outros	2.654.331	2.377.101	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS

Regulatório **76.404** **139.593**
Total **9.479.966** **8.756.713**

Fiscais: (i) Um dos principais temas se refere a discussões sobre a dedutibilidade para imposto de renda das despesas reconhecidas em 1997 referente à criação de dívida relativa ao plano de pensão de funcionários da controlada CPFL Paulista perante a Fundação CESP ("FUNCESP") no montante estimado de R\$ 1.478.266, havendo depósitos judiciais no valor de R\$ 22.264 e garantias financeiras (seguros e fianças bancárias), nos termos exigidos pela legislação processual. Adicionalmente, discute-se juros que incidiram sobre depósito judicial levantado pela Companhia no montante de R\$ 248.725 e que se encontram depositados em juízo. Em 23 de maio, 06 de junho e 17 de setembro de 2019, o recurso especial do principal processo foi julgado perante a Segunda Turma de Direito Público do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de maneira desfavorável para a controlada. A decisão ainda não foi publicada em seu integral teor, podendo a controlada quando tiver acesso ao acórdão avaliar os recursos pertinentes ainda no âmbito do STJ. Adicionalmente, a controlada possui um recurso extraordinário em fase inicial de tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF). Consequentemente, com base no atual estágio de tramitação do processo, tanto no STJ quanto no STF e com base na opinião de seus assessores legais, a controlada permanece confiante nos fundamentos jurídicos apresentados e continuará o defendendo perante o Poder Judiciário, mantendo o prognóstico de risco de perda dos processos como não provável, tendo o STF uma nova oportunidade de análise para o caso, focadamente constitucional, com robustos fundamentos, a indicar significativa viabilidade de êxito dos recursos extraordinários, bem como continuará tentando evitar possíveis saídas de caixa caso venha a ser requerida a substituir as garantias financeiras existentes por depósito em dinheiro. (ii) em 2016 a controlada CPFL Renováveis recebeu auto de infração no montante de R\$ 327.547 referente cobrança de IRRF sobre remuneração do ganho de capital incorrido aos residentes e/ou domiciliados no exterior, decorrente da transação de venda da Janius SL, ocorrida em dezembro de 2011, o qual a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda dos processos como não provável; (iii) em 2016 a controlada CPFL Geração recebeu um auto de infração no montante total atualizado de R\$ 482.734 relativo à cobrança de IRPJ e CSLL relativo ao ano-calendário 2011, apurado sobre suposto ganho de capital identificado na aquisição da ERSA Energias Renováveis S.A. e de apropriação de diferenças da reavaliação a valor justo da SMITA Empreendimentos e Participações S.A., empresa adquirida de forma reversa, os quais a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda dos processos como não provável. **Trabalhistas**: No tocante às contingências trabalhistas, há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente há decisão do STF que suspende a alteração levada a efeito pelo TST, a qual pretendia alterar o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho ("TR") pelo IPCA-E. A Suprema Corte considerou que a decisão do TST conferiu interpretação extensiva ilegítima e descumpriu a modulação de efeitos de precedentes anteriores, além de usurpar sua competência para decidir matéria constitucional. Diante de tal decisão, e até que haja decisão definitiva publicada pelo STF, continua vário o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho ("TR"), o qual tem sido reconhecido pelos tribunais recentes. Desta forma, a Administração do Grupo considera como possível o risco de eventuais perdas, e, em função do assunto ainda demandar definição por parte do Judiciário, não é possível estimar com razoável segurança os montantes envolvidos. Adicionalmente, de acordo com a Lei nº 13.467, de 11 de novembro de 2017, a TR é o índice de correção da justiça do Trabalho a partir da vigência da norma. A Administração do Grupo, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

24. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Consumidores e concessionárias	114.610	93.612	183.938	47.831
Programa de eficiência energética - PEE	230.451	183.225	89.522	120.563
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	93.658	110.495	125.111	72.941
EPE/FNDC/PROCEL (*)	49.275	38.052	—	—
Fundo de reversão	1.712	1.712	12.615	14.327
Adiantamentos	234.556	197.470	43.263	48.724
Descontos tarifários - CDE	76.632	96.819	—	—
Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos	24.485	22.489	203.844	110.261
Finja de pagamento	18.000	19.774	—	—
Participação nos lucros	98.713	95.502	29.631	20.575
Condições de arrecadação	93.740	85.018	—	—
Aquisição de negócios	7.901	7.598	—	—
Outros	50.533	31.630	71.406	40.174
Total	1.094.269	979.296	759.331	475.396

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética; FNDC - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica. **Consumidores e concessionárias**: referem-se principalmente a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos além de participações de consumidores no Programa de Universalização. No longo prazo refere-se principalmente ao repasse do PIS e COFINS aos consumidores (nota 8) e à energia de curto prazo (CCEE) relacionada ao Despacho Aneel nº 288. **Programas de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento**: As controladas reconheceram passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética. Desta forma, são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. **Adiantamentos**: refere-se substancialmente a adiantamento de clientes relativo ao faturamento antecipado pela controlada CPFL Renováveis, sem que tenha havido ainda o fornecimento de energia ou serviço. **Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos**: Referem-se principalmente a provisões constituídas pela controlada CPFL Renováveis, relacionadas a licenças socioambientais decorrentes de eventos já ocorridos e obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,22%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. **Descontos tarifários - CDE**: Refere-se à diferença entre o desconto tarifário concedido aos consumidores e os valores recebidos via CDE. **Participação nos lucros**: refere-se principalmente a: (i) Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho, o Grupo implantou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos; (ii) Programa de Incentivo a Longo Prazo: refere-se ao Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos do Grupo, aprovado pelo Conselho de Administração, que consiste em um incentivo em recursos financeiros baseado em múltiplos salariais e que tem como

orientadores os resultados da empresa e a performance média da Companhia nos três exercícios sociais seguintes a cada concessão.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no Patrimônio da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações			
	31/12/2019		31/12/2018	
	Ordinárias	Participação %	Ordinárias	Participação %
State Grid Brazil Power	—	—	—	—
Participações S.A.	730.435.698	63,39%	730.435.698	71,76%
ESC Energia S.A.	234.086.204	20,32%	234.086.204	23,00%
Membros da Diretoria Executiva	189	0,00%	189	0,00%
Demais acionistas	187.732.349	16,29%	53.392.655	5,25%
Total	1.152.254.440	100,00%	1.017.914.746	100,00%

25.1 Gestão do capital: A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores, do mercado e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e bem como a estratégia de subida de dividendos das controladas para Companhia, e da Companhia para os controladores. A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA. Ao longo de 2019, a estrutura de capital e a alavancagem consolidada da CPFL Energia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 2,52 vezes o EBITDA em 2019, no critério de medida dos *covenants* financeiros da Companhia, menor do que no ano anterior. A política do grupo é manter este índice abaixo de 3,75, visto que a maioria de seus empréstimos utiliza esta medida. Historicamente, a Companhia não vem adquirindo suas próprias ações no mercado. **25.2 Oferta Pública de Ações**: Em 2 de Abril de 2019 a Companhia informou à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão sobre sua intenção de realizar uma oferta pública de ações ordinárias ("Oferta"), e, em 18 de Abril de 2019, a B3 aprovou seu pedido de extensão de prazo para atingimento de um percentual mínimo de ações em circulação no mercado (*free float*) de 15% do capital social total da Companhia até 31 de outubro de 2019. Em 24 de Abril de 2019, foi divulgado o Fato Relevante pela Companhia, informando que arquivou na *Securities and Exchange Commission* ("SEC") um *Registration Statement on Form F-3* ("Form F-3"), permitindo que a Companhia realizasse nos EUA determinadas ofertas públicas de ações ordinárias de emissão da Companhia, inclusive sob a forma de *American Depositary Shares* ("ADS"). Em 12 de junho de 2019, em continuação aos comunicados divulgados anteriormente, a Companhia divulgou em Fato Relevante que foi aprovada em reunião do Conselho de Administração, no âmbito da Oferta e nos termos da Instrução CVM 476, a fixação do preço por ação no valor de R\$ 27,50 e o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 3.212.471, por meio da emissão de 116.817.126 novas ações. Consequentemente, o capital social passou de R\$ 5.741.284 para R\$ 8.953.750 e o total de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal passou de 1.017.914.746 para 1.134.731.872. Em 27 de junho de 2019, a quantidade de ações foi acrescida de uma lote suplementar de 15% do total das ações inicialmente ofertadas (sem considerar o Lote Adicional), ou seja, 17.522.568 ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições e preço das ações inicialmente ofertadas, passando o total de ações para 1.152.254.440. Em 28 de junho de 2019 estas ações foram liquidadas, totalizando R\$ 481.871 de aumento de capital, passando o capital social para R\$ 9.435.626 em 30 de setembro de 2019. Os custos de emissão totalizaram, até 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$ 47.544, líquido dos efeitos tributários. A Oferta foi realizada, simultaneamente: (i) com esforços restritos de colocação no Brasil, em mercado de balcão não organizado; e (ii) no exterior. Não houve realocação de ações entre a Oferta Brasileira e a Oferta Internacional, em função da demanda verificada no Brasil e no exterior durante o curso da Oferta e, dessa forma, não houve alocação de ADSs no contexto da Oferta Internacional, sendo, portanto, todas as ações distribuídas no âmbito da Oferta Brasileira. Em 19 de dezembro de 2019 o Conselho de administração da Companhia e a Diretoria da CPFL Geração aprovaram a realização de oferta pública de aquisição das ações ordinárias de emissão da CPFL Energias Renováveis, em circulação no mercado, para fins de conversão de seu registro de companhia aberta categoria "A" para categoria "B" ("OPA Conversão de Registro") e/ou saída do Novo Mercado ("OPA Saída do Novo Mercado"), e, em conjunto com a OPA Conversão de Registro, "OPA", a ser realizada pela CPFL Geração, acionista controladora direta da CPFL Renováveis. A efetivação da OPA está condicionada ao seu registro pela CVM e sua autorização pela B3, e será destinada à aquisição de até 291.550 ações ordinárias de emissão da CPFL Renováveis em circulação no mercado, que representam, nessa data, 0,056% do capital social CPFL Renováveis em circulação. **25.3 Reserva de capital**: Refere-se basicamente ao registro de operações envolvendo a controlada CPFL Renováveis: (i) combinação de negócios em 2011 (R\$ 228.322); (ii) oferta pública de ações em 2013 (R\$ 59.308); (iii) associação com a DESA em 2014 (R\$ 180.297); (iv) aquisição de participação, pela Companhia, anteriormente detida pela controladora State Grid em 2019 (R\$ 2.034.920) (nota 1.c) e (v) alteração na participação sem alteração no controle em 2019 (R\$ 75.298) (nota 13.1). De acordo com o ICPC 09 (R2) e IFRS 10/CPIC 36, estes efeitos foram reconhecidos como transações entre acionistas e contabilizadas diretamente no Patrimônio Líquido. **25.4 Reserva de lucros**: O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 5.082.430, que compreende: (i) Reserva Legal de R\$ 1.036.125; e (ii) Reserva de reforço de capital de giro R\$ 4.046.305. **25.5 Resultado abrangente acumulado**: O resultado abrangente acumulado é composto por: (i) Custo atribuído: Refere-se ao registro da mais-valia do custo atribuído ao imobilizado das geradoras, no montante de R\$ 355.049; (ii) Entidade de previdência privada: o saldo devedor de R\$ 1.674.527 (líquido de imposto de renda e contribuição social) corresponde aos efeitos registrados diretamente em resultados abrangentes, de acordo com o IAS 19/CPIC 33 (R2); (iii) Efeitos do risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários, de acordo com o IFRS 9/CPIC 48 (saldo credor de R\$ 51.012). **25.6 Dividendo**: Na AGE de 30 de abril de 2019 foi aprovada a declaração de dividendo referente ao exercício de 2018 de R\$ 488.785. Adicionalmente, a Companhia declarou, no exercício de 2019, o montante de R\$ 641.884 de dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, sendo atribuído para cada ação o valor de R\$ 0,557062251. Em 2019, a Companhia efetuou transações com montantes de R\$ 486.906 referente ao dividendo de 2018.

25.7 Extinção da reserva estatutária do ativo financeiro da concessão: Na AGE de 27 de abril de 2019 foi aprovada a extinção da reserva estatutária de ativo financeiro da concessão e a transferência do respectivo saldo de R\$ 826.600 para a conta de Lucros Acumulados. **25.8 Destinação do lucro líquido do exercício**: O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações. A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	2019		2018	
Lucro líquido do exercício - controladora			2.702.671	2.058.040
Realização do resultado abrangente			25.672	765
Dividendo prescrito			—	765
Lucro líquido base para destinação			2.728.343	2.059.570
Reserva legal			(135.134)	(518.795)
Reserva estatutária - reforço de capital de giro			—	(641.884)
Dividendo mínimos obrigatórios			—	(1.433.295)
Dividendo adicional proposto			—	(1.433.295)

Para este exercício, considerando o atual cenário com uma incipiente retomada econômica e, também considerando as incertezas quanto à hidrologia, a Administração da Companhia está propondo a destinação de R\$ 518.795 à reserva estatutária - reforço de capital de giro.

26. LUCRO POR AÇÃO

Lucro por ação - básico e diluído: O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi baseado no lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados:

	2019		2018	
Numerador			2.702.671	2.058.040
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores			2.702.671	2.058.040
Denominador			1.087.828.995 (**)	1.017.914.746
Média ponderada de ações em poder dos acionistas			2,48	2,02
Lucro por ação - básico			2,48	2,02
Numerador			2.702.671	2.058.040
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores			2.702.671	2.058.040
Efeito dilutivo de debêntures conversíveis da controlada CPFL Renováveis (*)			(13.764)	(7.525)
Denominador			2.688.907	2.050.515
Média ponderada de ações em poder dos acionistas			1,087,828,995 (**)	1,017,914,746
Lucro por ação - diluído			2,47	2,01

(*) Proporcional ao percentual de participação da Companhia na controlada em cada período apresentado. (**) Considera os eventos ocorridos em 12 e 28 de junho de 2019, relacionados ao processo da Oferta Pública de Ações da Companhia (nota 25.2). (*) O efeito dilutivo do numerador no cálculo de lucro por ação diluído considera os efeitos dilutivos das debêntures conversíveis em ações emitidas por controladas indiretas da Companhia (nota 19). Estes instrumentos reduzem o resultado disponível aos acionistas controladores da Companhia. Os efeitos foram calculados considerando

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

37. COMPROMISSOS

Os compromissos do Grupo relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia e para projetos para construção de usinas, em 31 de dezembro de 2019, são como segue:

	Consolidado					
Obrigações contratuais em 31/12/2019	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Arrendamentos e aluguéis	até 13 anos	38.223	71.906	68.779	82.430	261.338
Compra de energia (exceto Itaipu)	até 25 anos	11.988.989	21.701.899	22.211.015	41.829.746	97.731.649
Compra de energia de Itaipu	até 25 anos	2.896.696	5.642.618	6.097.490	15.803.644	30.440.448
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	até 29 anos	2.762.294	7.192.517	9.172.126	25.275.396	44.852.333
Prêmio de Risco - Repactuação do Risco Hidrológico	até 28 anos	16.468	37.886	36.484	228.865	319.703
Projetos de construção de usina	até 14 anos	757.367	654.777	239.322	1.119.285	2.770.751
Total		18.460.037	35.301.603	37.825.216	84.789.366	176.376.222

	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Projetos de construção	até 5 anos	3.502.439	5.321.975	693.788	–	9.518.202
Recaptação do risco Hidrológico e outros	até 17 anos	33.566	132.856	132.965	396.102	695.489
Total		3.536.005	5.454.831	826.754	396.102	10.213.692

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da CPFL Energia S.A., no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras do Exercício Social de 2019 e, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria da Companhia, e nos exames efetuados e considerando o relatório, sem ressalvas dos auditores independentes, KPMG Auditores Independentes, datado de 05 de março de 2020, são de opinião que os referidos documentos estão em condição de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, a ser realizada em 30 de abril de 2020.

	LISA GABBAI		RAN ZHANG		RICARDO FLORENCE DOS SANTOS
			Conselheiros		

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

	BO WEN		SHIRONG LYU		YAN QU
	Presidente		Vice-Presidente		YUMENG ZHAO
					GUSTAVO ESTRELLA
					ANTONIO KANDIR
					MARCELO AMARAL MORAES
					ANSELMO HENRIQUE SETO LEAL
					HONG LI
					Conselheiros

DIRETORIA

	GUSTAVO ESTRELLA		GUSTAVO PINTO GACHINEIRO		KARIN REGINA LUCESI
	Diretor Presidentes		Diretor Vice-Presidente Jurídico e de Relações Institucionais		Diretora Vice-Presidente de Operações de Mercado
	YUMENG ZHAO		FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO		SHIRONG LYU
	Vice-Presidente Executivo		Diretor Vice-Presidente de Gestão Empresarial		Vice-Presidente Executivo acumulando Diretor Vice-Presidente de Estratégia, Inovação e Excelência de Negócios
	YUEHUI PAN		LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO		VITOR FAGALI
	Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores		Diretor Vice-Presidente de Operações Reguladas		Diretor Vice-Presidente de Desenvolvimento de Negócios

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Conselheiros e Acionistas da **CPFL Energia S.A.** - Campinas - SP - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CPFL Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CPFL Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de energia distribuída, mas não faturada - Veja as notas explicativas 3.10 e 27 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria** - A receita não faturada reconhecida pela Companhia corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura que em alguns casos sucedem ao período de encerramento contábil. O reconhecimento da receita não faturada leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da Companhia acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores. Devido à relevância dos valores e do julgamento envolvido que podem impactar o valor das receitas nas demonstrações financeiras consolidadas e no valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto** - Avaliamos o desenho, implementação e efetividade dos controles internos chave relacionados à determinação do montante da receita de energia distribuída, mas não faturada. Envolvemos nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados na determinação dos saldos registrados. Analisamos as principais premissas utilizadas pela Companhia no desenvolvimento de tal estimativa, tais como índice de perdas técnicas e comerciais. Adicionalmente, testamos a integridade e exatidão dos dados utilizados no cálculo e efetuamos teste de valorização por meio do confronto dos valores reconhecidos pela Companhia com expectativas independentes geradas a partir de nossos testes de auditoria. Também avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com as normas aplicáveis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. **Valor recuperável dos ativos fiscais diferidos da controlada CPFL Energias Renováveis S.A.** - Veja as notas explicativas 3.11 e 10 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria** - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias da controlada CPFL Energias Renováveis S.A., cuja realização está suportada por estimativas de lucros tributáveis futuros com base no julgamento da Controlada e suportadas em seu plano de negócios. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas dos lucros tributáveis futuros, que são a base para

Os projetos para construção de usinas incluem compromissos firmados basicamente para disponibilizar recursos na construção relacionados às controladas do segmento de energia renovável.

38. EVENTOS SUBSEQUENTES

38.1 Empréstimos e Financiamentos: De 1º de janeiro de 2020 até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, as controladas da Companhia captaram recursos através de empréstimos e financiamentos, com as seguintes condições e detalhes:

	Montantes R\$ mil								
Modalidade Empresa	Liberação até março de 2020	Pagamento de juros	Amortização de Principal	Destinação dos recursos	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos		
Moeda Estrangeira - Lei 4.131 Dólar									
CPFL Paulista	174.960	Trimestral	Anual a partir de fevereiro de 2023	Capital de Giro	USD + 2,39%	USD + 2,39%	CDI + 0,85%		
CPFL Paulista	196.567	Trimestral	Parcela única em fevereiro de 2025	Capital de Giro	USD + 2,40%	USD + 2,40%	CDI + 0,89%		
RGE	100.000	Semestral	Parcela única em janeiro de 2025	Capital de Giro	USD + 2,64%	USD + 2,64%	CDI + 0,90%		
CPFL Brasil	107.000	Semestral	Parcela única em fevereiro de 2023	Capital de Giro	USD + 1,83%	USD + 1,83%	CDI + 0,61%		
CPFL Renováveis	120.000	Semestral	Anual a partir de fevereiro de 2023	Capital de Giro	USD + 2,07%	USD + 2,07%	CDI + 0,80%		
CPFL Santa Cruz	108.000	Semestral	Anual a partir de fevereiro de 2023	Capital de Giro	USD + 2,07%	USD + 2,07%	CDI + 0,80%		
RGE	418.280	Semestral	Anual a partir de fevereiro de 2023	Capital de Giro	USD + 2,07%	USD + 2,07%	CDI + 0,80%		
Euro									
CPFL Piratininga	419.760	Trimestral	Parcela única em março de 2025	Capital de Giro	EURO + 0,70%	EURO + 0,70%	CDI + 0,83%		
	1.644.567								

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da CPFL Energia S.A., no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras do Exercício Social de 2019 e, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria da Companhia, e nos exames efetuados e considerando o relatório, sem ressalvas dos auditores independentes, KPMG Auditores Independentes, datado de 05 de março de 2020, são de opinião que os referidos documentos estão em condição de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, a ser realizada em 30 de abril de 2020.

	LISA GABBAI		RAN ZHANG		RICARDO FLORENCE DOS SANTOS
			Conselheiros		

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

	BO WEN		SHIRONG LYU		YAN QU
	Presidente		Vice-Presidente		YUMENG ZHAO
					GUSTAVO ESTRELLA
					ANTONIO KANDIR
					MARCELO AMARAL MORAES
					ANSELMO HENRIQUE SETO LEAL
					HONG LI
					Conselheiros

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

	GUSTAVO ESTRELLA		GUSTAVO PINTO GACHINEIRO		KARIN REGINA LUCESI
	Diretor Presidentes		Diretor Vice-Presidente Jurídico e de Relações Institucionais		Diretora Vice-Presidente de Operações de Mercado
	YUMENG ZHAO		FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO		SHIRONG LYU
	Vice-Presidente Executivo		Diretor Vice-Presidente de Gestão Empresarial		Vice-Presidente Executivo acumulando Diretor Vice-Presidente de Estratégia, Inovação e Excelência de Negócios
	YUEHUI PAN		LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO		VITOR FAGALI
	Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores		Diretor Vice-Presidente de Operações Reguladas		Diretor Vice-Presidente de Desenvolvimento de Negócios

financeiras individuais e consolidadas - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP027612/O-4

Campanas, 05 de março de 2020

Marcio José dos Santos

Contador - CRC 1SP252906/O-0